

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA

Pamela da Silva Melo

Um breve estudo sobre educação financeira e letramento financeiro como ferramentas para
uma possível autonomia, frente às desigualdades econômicas e sociais

São Paulo
2025

Pamela da Silva Melo

Um breve estudo sobre a educação financeira e letramento financeiro como ferramenta para uma possível autonomia, frente às desigualdades econômicas e sociais.

Monografia submetida à apreciação de Banca Examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

São Paulo

2025

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Ficha Catalográfica

Melo, Pamela da Silva.

Um breve estudo sobre educação financeira e letramento financeiro como ferramenta para uma possível autonomia, frente às desigualdades econômicas e sociais – São Paulo, 2025.

40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Orientador: Prof.Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

1. Educação Financeira. 2. Letramento financeiro. 3. Desigualdade social. 4. Tomada de decisão econômica. 5. Vulnerabilidade social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho representa não apenas a conclusão de uma etapa acadêmica, mas também a materialização de muitos sonhos, desafios e aprendizados.

Agradeço primeiramente a Deus, por iluminar meu caminho, me conceder força, sabedoria e resiliência diante dos desafios que encontrei ao longo dessa jornada. À minha família, em especial aos meus pais, que, com amor, dedicação e apoio incondicional, sempre foram minha base e meu alicerce. A vocês, minha eterna gratidão por acreditarem em mim, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei. Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, pela paciência, generosidade, profissionalismo e pela orientação cuidadosa, que foi essencial para a construção deste trabalho. Sua contribuição não foi apenas acadêmica, mas também pessoal, motivando-me a acreditar no potencial transformador da educação. Aos meus amigos e colegas de graduação, que fizeram parte dessa trajetória. A cada conversa, troca de experiências, apoio nos momentos difíceis e comemorações nas pequenas conquistas, minha gratidão. Levo cada um de vocês no coração, com a certeza de que nossos caminhos se cruzaram por um propósito maior. Aos professores do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que, ao longo destes anos, compartilharam não apenas conhecimento, mas também valores, ética e senso crítico. Levarei comigo cada ensinamento, dentro e fora da sala de aula.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada. Este trabalho é resultado não apenas dos meus esforços, mas também da soma de muitos gestos de incentivo, carinho, compreensão e apoio.

A todos, meu mais sincero e eterno agradecimento.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre a importância da educação financeira e do letramento financeiro como ferramentas capazes de promover autonomia econômica, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Parte-se da compreensão de que a ausência de conhecimento financeiro básico impacta diretamente as escolhas econômicas dos indivíduos, contribuindo para ciclos de endividamento, dificuldade de poupança e exclusão financeira, o que aprofunda as desigualdades econômicas e sociais no Brasil.

A pesquisa discute, sob a ótica de autores clássicos e contemporâneos como Karl Marx, John Maynard Keynes, Franco Modigliani e Richard Thaler, os principais fatores que moldam a tomada de decisão econômica, destacando as escolhas entre poupança e investimento, o papel dos juros compostos, e como o meio social interfere nas decisões financeiras.

Além disso, são analisadas as barreiras enfrentadas por indivíduos em situação de vulnerabilidade social, evidenciando como fatores como baixa renda, informalidade, consumo imediato e acesso restrito à educação financeira limitam a construção de projetos de longo prazo. Por fim, o trabalho discute os princípios fundamentais da educação financeira, diferenciando-a do letramento financeiro e refletindo sobre sua contribuição para a promoção da autonomia, inclusão social e redução das desigualdades.

O estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, com o objetivo de compreender como o desenvolvimento de competências financeiras pode ser um instrumento de transformação econômica e social no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Educação financeira. Letramento financeiro. Desigualdade econômica. Vulnerabilidade social. Tomada de decisão.

LISTA DE GRÁFICOS

Fonte: OCDE (2022)

SUMÁRIO

1.Introdução	01
2. A tomada de decisão: a poupança versus investimentos.....	03
2.1 Motivos pelos quais ainda se fala da caderneta de poupança.....	03
2.2 O papel dos objetivos para o investimento.....	06
2.3 O poder dos juros compostos	10
3. Educação financeira e a vulnerabilidade social	15
3.1 Quem são os indivíduos em vulnerabilidade social.....	15
3.2 O meio transforma a decisão do ser humano	18
3.3 Porque bens materiais são mais atraentes do que projetos de longo prazo	21
4. Princípios básicos da educação financeira	25
4.1 Princípios básicos da educação financeira	25
4.2 Origens da poupança	28
4.3 O que é educação financeira versus letramento financeiro	32
4.4 Competências da educação financeira	35
Considerações finais	39
Referências	41

1-Introdução

A educação financeira tem se consolidado como um tema central nas discussões sobre inclusão social, estabilidade econômica e promoção do bem-estar individual, especialmente em países com histórico de desigualdades socioeconômicas persistentes, como o Brasil. Em um ambiente onde o acesso a produtos e serviços financeiros cresce de forma acelerada, a capacidade da população de compreender, interpretar e utilizar adequadamente essas ferramentas se torna um diferencial essencial para garantir decisões mais conscientes, seguras e alinhadas com objetivos de longo prazo. No entanto, o cenário brasileiro ainda é marcado por uma baixa cultura de planejamento financeiro e por níveis alarmantes de endividamento e inadimplência entre os cidadãos.

De acordo com dados do Banco Central (2021), cerca de 70% da população brasileira declara ter dificuldades para controlar seu orçamento mensal, e uma parcela significativa não possui reservas financeiras para emergências. Este contexto revela não apenas uma deficiência no acesso à informação, mas também limitações no desenvolvimento de habilidades financeiras fundamentais, como o entendimento sobre juros, crédito, investimento e planejamento orçamentário. Diante disso, a educação financeira surge não apenas como um conjunto de conteúdos técnicos, mas como uma estratégia de empoderamento econômico, com potencial para contribuir na superação de vulnerabilidades sociais e no fortalecimento da autonomia individual.

Neste estudo, buscaremos investigar como a educação financeira pode influenciar positivamente o comportamento econômico da população brasileira, em especial dos grupos socialmente mais vulneráveis, promovendo maior racionalidade nas decisões, segurança financeira e capacidade de projeção futura. A pesquisa parte da hipótese de que o letramento financeiro, quando acompanhado do desenvolvimento de competências práticas, pode atuar como instrumento de transformação, tanto individual quanto coletiva, contribuindo para uma possível redução da desigualdade e a construção de uma sociedade mais resiliente e financeiramente equilibrada.

A estrutura da monografia foi concebida para abordar essa problemática sob múltiplas dimensões, articulando teoria econômica, dados empíricos e análises críticas. Em um primeiro momento, o estudo se concentrará na análise da tomada de decisão financeira, abordando as motivações que levam os indivíduos a optarem pela caderneta de poupança em detrimento de

investimentos mais rentáveis. Será discutido o papel histórico e cultural da caderneta de poupança no Brasil, bem como a relação entre letramento financeiro, percepção de risco e preferência pela liquidez. Autores como John Maynard Keynes e Karl Marx serão mobilizados para contextualizar essas escolhas, destacando, respectivamente, a influência da incerteza e da instabilidade econômica, e a relação entre classe social e acesso aos meios de acumulação de capital.

Na sequência, será explorado o papel dos objetivos financeiros nas decisões de investimento. Com base na teoria do ciclo de vida, de Franco Modigliani, e nas contribuições da economia comportamental, como a teoria dos “nudges” de Richard Thaler e Cass Sunstein, será analisado como o estabelecimento de metas claras pode influenciar a alocação de recursos e favorecer o planejamento de longo prazo. Também serão discutidos os efeitos dos juros compostos e sua importância como mecanismo de crescimento patrimonial, especialmente quando utilizado de forma estratégica e com visão de longo prazo.

O segundo eixo do trabalho será dedicado à interseção entre educação financeira e vulnerabilidade social. Buscaremos compreender quem são os indivíduos em situação de vulnerabilidade no Brasil, quais as barreiras econômicas, sociais e culturais que enfrentam, e como essas condições moldam suas decisões financeiras. Nesta etapa, destacaremos a influência do meio na tomada de decisão, considerando os limites impostos por baixos salários, informalidade, acesso restrito ao crédito e exclusão bancária. Além disso, será discutido o fenômeno da valorização do consumo imediato em detrimento de projetos de longo prazo, analisando o papel do marketing, do status social e das pressões culturais no comportamento de consumo. Marx, Keynes, Bourdieu e autores contemporâneos contribuirão para sustentar essa análise crítica, reforçando a ideia de que o contexto é um fator determinante no comportamento econômico.

Por fim, o terceiro eixo abordará os princípios básicos da educação financeira. Neste ponto, será realizada uma distinção entre educação financeira e letramento financeiro, com base em autores como Lusardi, Mitchell e Mandell, e discutidas as competências essenciais que devem ser desenvolvidas para garantir a eficácia de programas educativos. Serão também apresentadas as origens históricas da poupança, os mecanismos de poupança voluntária e compulsória no Brasil — como a caderneta de poupança, o FGTS e o PIS — e o papel que essas formas de acúmulo de recursos desempenham na vida das famílias brasileiras. A Estratégia

Nacional de Educação Financeira (ENEF) será mencionada como política pública relevante, bem como iniciativas complementares de promoção do acesso à informação econômica.

A fundamentação teórica da pesquisa será composta por obras clássicas e contemporâneas da ciência econômica, com destaque para os autores já mencionados, além de dados estatísticos e relatórios de instituições como o IBGE, Banco Central, OCDE, IPEA e PNUD. A metodologia adotada será qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental, buscando integrar teoria e realidade social para oferecer um panorama crítico e propositivo sobre o tema.

Em síntese, a monografia se propõe a refletir sobre os impactos da educação financeira na construção de uma cidadania econômica mais consciente e justa, destacando sua importância como política pública e como componente essencial da formação dos indivíduos. Ao longo do estudo, buscaremos demonstrar que a promoção do conhecimento financeiro não pode ser dissociada das condições materiais e culturais em que os indivíduos estão inseridos. Assim, contribuir para a disseminação da educação financeira é, também, um caminho para a redução das desigualdades e o fortalecimento da democracia econômica.

2-A tomada de decisão: a poupança *versus* investimentos

2.1- Motivos pelos quais ainda se fala da caderneta poupança

A persistência da caderneta de poupança como uma escolha financeira popular, especialmente em países como o Brasil, onde as opções de investimento são diversas, é um fenômeno intrigante. Mesmo diante de investimentos que oferecem retornos mais elevados, a caderneta de poupança tradicional continua a ser amplamente utilizada, especialmente por indivíduos em situação de vulnerabilidade social e por aqueles com baixo nível de letramento financeiro. Essa preferência está enraizada em uma combinação de fatores históricos, culturais e econômicos, além da segurança percebida que a caderneta de poupança oferece em um ambiente econômico instável.

John Maynard Keynes, ao discutir a preferência pela liquidez em sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936), argumentou que os indivíduos tendem a preferir ativos altamente líquidos em tempos de incerteza, mesmo que isso signifique sacrificar retornos mais elevados. Para Keynes, o dinheiro ou ativos facilmente conversíveis em dinheiro, como a poupança, são preferidos porque oferecem segurança e flexibilidade. A caderneta de poupança,

nesse contexto, é vista como uma reserva de valor segura, uma escolha racional quando as expectativas sobre o futuro são incertas e os mercados financeiros são percebidos como arriscados. Esse argumento permanece válido no Brasil, onde a instabilidade econômica crônica, caracterizada por altas taxas de inflação e crises cíclicas, leva muitas pessoas a optarem por manter seus recursos em opções seguras e líquidas, como a caderneta de poupança.

No Brasil, a caderneta de poupança goza de uma posição única no cenário financeiro, sendo um dos instrumentos de poupança mais acessíveis e conhecidos pela população. Desde sua criação em 1861, a poupança se consolidou como uma opção de baixo risco, com garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) até determinado limite, o que reforça a percepção de segurança entre os poupadores. Em um país onde aproximadamente 34 milhões de pessoas são desbancarizadas (Banco Central, 2021), a caderneta de poupança é um produto de fácil acesso e compreensível para a maior parte da população, que muitas vezes não tem acesso a instrumentos financeiros mais sofisticados, como ações, títulos ou fundos de investimento.

Karl Marx, em sua análise crítica do capitalismo, discutiu o papel da poupança como um meio de sobrevivência para os trabalhadores. Em um sistema onde a força de trabalho é constantemente explorada e os salários muitas vezes são insuficientes para garantir uma vida digna, a poupança, por menor que seja, representa uma válvula de escape para momentos de crise. No contexto brasileiro, onde grande parte da população vive com rendas baixas e irregulares, a caderneta de poupança oferece uma rede de segurança acessível, ainda que seus retornos sejam limitados. Marx argumentaria que essa escolha reflete a falta de acesso a meios de produção e a instrumentos financeiros mais sofisticados, que estão geralmente reservados para as classes capitalistas.

Além disso, a preferência pela poupança também está profundamente enraizada na cultura financeira brasileira. Como observam Lusardi e Mitchell (2014), o letramento financeiro, ou seja, a capacidade de entender e aplicar conceitos financeiros básicos, é um fator determinante para a escolha entre poupança e outros investimentos. No Brasil, os níveis de letramento financeiro são baixos, com apenas 28% da população adulta sendo considerada financeiramente letrada (Standard & Poor's Global Financial Literacy Survey). Isso significa que a maior parte da população tem dificuldades em compreender produtos financeiros mais

complexos, como ações, títulos ou fundos multimercados, optando por instrumentos que são simples e de fácil entendimento, como a caderneta de poupança.

A educação financeira limitada, associada à complexidade percebida dos investimentos, faz com que muitos brasileiros vejam a poupança como a única opção viável. Isso é reforçado por um sistema financeiro que historicamente tem privilegiado os grandes investidores e as classes mais altas, oferecendo poucas oportunidades ou incentivos para que a população de baixa renda participe do mercado financeiro formal. A ausência de uma educação financeira mais robusta, que explique os benefícios e os riscos dos investimentos em comparação com a poupança, perpetua esse comportamento conservador.

Outra razão importante pela qual a poupança continua a ser preferida é a influência da inflação. Em uma economia com histórico de inflação elevada, como o Brasil, as memórias inflacionárias influenciam as decisões financeiras das gerações mais velhas, que viveram períodos de hiperinflação antes do Plano Real, em 1994. Durante esses anos, a caderneta de poupança era um dos poucos instrumentos que ofereciam proteção parcial contra a corrosão do poder de compra. Embora a inflação tenha sido relativamente controlada nas últimas décadas, o receio de sua volta leva muitos brasileiros a buscarem refúgio em instrumentos financeiros percebidos como seguros, como a poupança.

Keynes também destacou o papel das expectativas sobre o futuro nas decisões de poupança. Quando os indivíduos têm expectativas pessimistas sobre o crescimento econômico ou sobre suas perspectivas pessoais de renda, eles tendem a aumentar suas poupanças como forma de proteção. Este fenômeno é conhecido como “preferência pela liquidez”, onde as pessoas preferem manter seus ativos em formas líquidas e seguras em vez de comprometer recursos em investimentos de longo prazo. Dado o cenário econômico brasileiro, com crises cíclicas, volatilidade nos mercados financeiros e incerteza política, não é surpreendente que muitas pessoas ainda escolham a poupança, que oferece uma sensação de segurança em meio à instabilidade.

Além disso, há o fator da rentabilidade nominal garantida. Embora os retornos da poupança tenham se tornado menos atraentes em termos reais, especialmente com a taxa básica

de juros (Selic) em patamares baixos nos últimos anos, ela ainda oferece a segurança de rendimentos regulares e previsíveis. A rentabilidade da poupança no Brasil é vinculada à Selic e enquanto muitos produtos financeiros apresentam volatilidade, a poupança oferece uma taxa de retorno estável, o que é percebido como um fator positivo para indivíduos avessos ao risco.

Por fim, o papel do Estado e das políticas públicas na promoção da poupança também não pode ser subestimado. Políticas como a garantia do FGC e a isenção de imposto de renda sobre os rendimentos da caderneta de poupança tornam este instrumento ainda mais atrativo em comparação com outros produtos financeiros. A poupança, nesse sentido, está institucionalizada no sistema financeiro brasileiro, sendo continuamente promovida como uma opção segura para a população de baixa e média renda. Isso contrasta com outros países onde a educação financeira e os mercados financeiros são mais sofisticados, e onde os indivíduos são incentivados a diversificar suas poupanças em uma variedade de produtos de investimento.

Dessa forma, a decisão de poupar em vez de investir reflete uma complexa teia de fatores históricos, culturais, econômicos e psicológicos. Marx destacaria que a escolha pela poupança reflete a falta de acesso a outras formas de acumulação de capital e o ambiente de exploração que impede o trabalhador de investir em instrumentos mais rentáveis. Keynes, por sua vez, argumentaria que a incerteza econômica e a preferência pela liquidez levam os indivíduos a evitarem investimentos de longo prazo em favor da segurança oferecida pela poupança. Outros autores, como Lusardi e Mitchell, apontam que a educação financeira limitada e a baixa compreensão dos produtos financeiros são fatores determinantes na manutenção da popularidade da poupança, especialmente em economias emergentes como o Brasil.

2.2- O papel dos objetivos para o investimento

No cenário econômico contemporâneo, a compreensão sobre o papel dos objetivos para o investimento é crucial, tanto para os indivíduos quanto para as sociedades em geral. Ao contrário da poupança, que muitas vezes é motivada por razões de segurança ou proteção contra incertezas futuras, o investimento é uma escolha financeira que reflete uma intenção clara de crescimento patrimonial, maximização de recursos ou realização de metas específicas a longo prazo. A decisão de investir é, em grande parte, orientada por objetivos individuais ou

institucionais, que variam desde a aquisição de bens de consumo duráveis até a acumulação de capital para a aposentadoria ou a geração de retornos que permitam expandir uma empresa. Portanto, o papel dos objetivos nos investimentos vai muito além de uma simples escolha entre risco e retorno; trata-se de um planejamento estratégico para alcançar resultados que são definidos e guiados por aspirações econômicas, sociais e culturais.

Para John Maynard Keynes, o investimento tem um papel fundamental no crescimento econômico. Em sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), Keynes sugere que o investimento é o principal impulsionador do ciclo econômico, especialmente em tempos de recessão. Quando os empresários e indivíduos aumentam seus investimentos, eles impulsionam a demanda agregada e, conseqüentemente, o emprego e a produção. No entanto, Keynes também apontava para os fatores psicológicos que influenciam o comportamento dos investidores, o que ele chamou de “espíritos animais”. Estes "espíritos animais" são movidos não apenas pela lógica financeira, mas por uma combinação de expectativas sobre o futuro, confiança no sistema econômico e os próprios objetivos financeiros de quem investe. Quando esses objetivos são de longo prazo, o investimento tende a ser mais orientado por metas claras, como a expansão de uma empresa ou a acumulação de ativos que possam garantir uma aposentadoria confortável.

No contexto de objetivos pessoais, os indivíduos geralmente têm uma série de motivações para investir, que incluem a aquisição de bens, a geração de renda passiva, a aposentadoria e o planejamento de herança. O ciclo de vida econômico, desenvolvido por Franco Modigliani, sugere que os indivíduos tendem a estruturar suas finanças de acordo com diferentes fases de suas vidas. Durante os anos de trabalho produtivo, há um acúmulo de poupança e investimento, que são usados para financiar o consumo durante a aposentadoria. Para Modigliani, o objetivo final do investimento é suavizar o consumo ao longo da vida, de modo que o padrão de vida possa ser mantido mesmo após a saída do mercado de trabalho. Assim, o papel dos objetivos no investimento está diretamente ligado à ideia de previsibilidade e segurança futura, especialmente no que diz respeito ao financiamento da aposentadoria e à manutenção do padrão de vida.

A literatura econômica comportamental também oferece insights valiosos sobre como os objetivos afetam as decisões de investimento. Richard Thaler e Cass Sunstein, em sua obra *Nudge* (2008), destacam que as pessoas muitas vezes precisam de incentivos ou "empurrões"

para tomar decisões financeiras racionais e orientadas para o longo prazo. Segundo eles, os objetivos claros, quando combinados com intervenções comportamentais que facilitam a escolha de investimentos, podem ajudar os indivíduos a superar as barreiras psicológicas que os impedem de tomar decisões financeiramente inteligentes. Um exemplo disso é a automação de investimentos, onde uma porcentagem do salário é automaticamente direcionada para contas de investimento, garantindo que as metas de longo prazo, como a aposentadoria, sejam alcançadas sem a interferência de escolhas impulsivas ou a procrastinação.

Outro aspecto importante a ser considerado ao discutir os objetivos para o investimento é a tolerância ao risco. O nível de risco que um investidor está disposto a assumir está diretamente relacionado aos seus objetivos. Investidores que buscam objetivos de longo prazo, como a aposentadoria, podem estar mais dispostos a assumir riscos maiores, sabendo que têm tempo suficiente para recuperar perdas temporárias no mercado. Por outro lado, aqueles com objetivos de curto prazo, como a compra de uma casa ou o pagamento de uma dívida, tendem a preferir investimentos de baixo risco que ofereçam maior previsibilidade. Aqui, a Teoria da Carteira Moderna, desenvolvida por Harry Markowitz, torna-se relevante, pois ela sugere que a diversificação é essencial para equilibrar risco e retorno. De acordo com Markowitz, um investidor que busca maximizar seus retornos deve diversificar seus ativos em uma combinação que reflita seus objetivos e sua aversão ao risco, garantindo que suas metas de longo prazo sejam alcançadas de maneira eficiente.

No Brasil, onde o ambiente econômico é marcado por altas taxas de juros e volatilidade nos mercados financeiros, o papel dos objetivos de investimento é ainda mais evidente. O histórico de crises econômicas e de hiperinflação, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, moldou o comportamento financeiro da população. Muitos investidores, especialmente aqueles de gerações mais velhas, ainda têm uma aversão ao risco e preferem investir em ativos mais conservadores, como a caderneta de poupança, apesar de sua baixa rentabilidade em termos reais. Isso reflete não apenas uma preferência por segurança, mas também a falta de uma cultura de investimento mais robusta, onde os objetivos de longo prazo poderiam ser mais bem atendidos por opções de investimento mais sofisticadas, como fundos de ações, títulos privados ou imóveis.

No entanto, com a crescente educação financeira e o acesso a uma gama mais ampla de produtos financeiros, muitos brasileiros estão começando a compreender o papel fundamental dos objetivos em suas decisões de investimento. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), lançada em 2010, tem promovido a conscientização sobre a importância do planejamento financeiro de longo prazo, incentivando os brasileiros a definir metas claras para seus investimentos e a buscar informações que os ajudem a tomar decisões mais informadas. Isso inclui desde a compreensão dos diferentes tipos de ativos disponíveis no mercado até a importância de alinhar os investimentos com os objetivos de vida, sejam eles a compra de uma casa, a aposentadoria ou a educação dos filhos.

No âmbito institucional, os objetivos de investimento também desempenham um papel crucial nas decisões das empresas e dos governos. Para Karl Marx, o investimento no capitalismo tem o objetivo final de acumular mais capital. A lógica da acumulação de capital sugere que os empresários investem não apenas para obter retornos imediatos, mas para expandir seus negócios, aumentar sua participação de mercado e garantir sua posição competitiva no futuro. Assim, os objetivos de investimento de uma empresa estão intimamente ligados à sua estratégia de crescimento e à sua capacidade de inovar e se adaptar a um mercado em constante mudança. Marx argumentaria que essa lógica da acumulação de capital cria uma pressão contínua sobre as empresas para reinvestirem seus lucros, o que leva à expansão do sistema capitalista.

Keynes, por outro lado, reconhecia o papel essencial do investimento público para impulsionar o crescimento econômico e promover a estabilidade. Ele argumentava que, em tempos de crise econômica, os governos deveriam aumentar os investimentos em infraestrutura, educação e saúde, de modo a estimular a demanda agregada e evitar o colapso econômico. Keynes acreditava que, ao definir objetivos claros de investimento, os governos poderiam desempenhar um papel crucial na promoção do pleno emprego e na estabilização da economia. A atual situação no Brasil, com um déficit fiscal elevado e uma economia ainda em recuperação após a crise de 2015-2016, destaca a importância de um planejamento estratégico de investimento público, que seja orientado por objetivos de longo prazo e que busque equilibrar crescimento econômico e sustentabilidade fiscal.

Além disso, o papel dos objetivos no investimento também está relacionado à sustentabilidade e ao impacto social. Nos últimos anos, a finança sustentável tem ganhado destaque, com muitos investidores buscando alinhar seus portfólios com objetivos de sustentabilidade ambiental, social e de governança (ESG). Investidores institucionais, como fundos de pensão e fundos soberanos, estão cada vez mais interessados em garantir que seus investimentos não apenas gerem retornos financeiros, mas também tenham um impacto positivo na sociedade. Isso reflete uma mudança nos objetivos de investimento, onde o crescimento econômico é visto não apenas como um fim em si mesmo, mas como um meio de promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades.

Portanto, o papel dos objetivos para o investimento vai muito além de uma simples busca por retorno financeiro. Seja no âmbito pessoal, empresarial ou governamental, os objetivos orientam as decisões de investimento, moldando o comportamento dos investidores e definindo suas estratégias de alocação de ativos. Para indivíduos, os objetivos podem variar desde a aquisição de bens de consumo até a construção de uma carteira de investimentos que garanta uma aposentadoria confortável. Para empresas, os objetivos de investimento estão ligados à expansão, inovação e acumulação de capital. E, para os governos, o investimento deve ser orientado por metas de crescimento econômico e estabilidade, garantindo o bem-estar da sociedade como um todo.

Autores como Keynes, Marx, Thaler e Markowitz fornecem uma base teórica sólida para entender como os objetivos influenciam o comportamento dos investidores e moldam o papel do investimento na economia. No entanto, é crucial que os investidores, sejam eles indivíduos ou instituições, estejam bem-informados sobre as opções disponíveis e tenham clareza sobre seus próprios objetivos financeiros. A educação financeira desempenha um papel central nesse processo, ajudando os investidores a alinharem suas decisões com suas metas de longo prazo, garantindo que o investimento seja uma ferramenta eficaz para alcançar os resultados desejados.

2.3- O poder dos juros compostos.

Os juros compostos, frequentemente referidos como o "oitavo milagre do mundo", segundo uma famosa frase atribuída a Albert Einstein, são um dos conceitos mais poderosos e fundamentais para a compreensão do comportamento dos investimentos ao longo do tempo. O poder dos juros compostos está na capacidade de gerar crescimento exponencial a partir de um

capital inicial, uma vez que, ao contrário dos juros simples, os juros compostos aplicam juros não apenas sobre o capital original, mas também sobre os juros já acumulados. Esse efeito se amplifica significativamente à medida que o tempo avança, o que faz com que os investidores que compreendem e utilizam essa ferramenta em seu planejamento financeiro tenham uma grande vantagem.

John Maynard Keynes, em sua abordagem sobre o comportamento econômico, não discutiu diretamente os juros compostos, mas sua análise sobre a importância da expectativa e do comportamento financeiro no longo prazo traz fundamentos importantes para entender como os juros compostos se aplicam aos investimentos. Keynes argumentava que o investimento é, em grande parte, uma questão de expectativa, e os investidores devem confiar em previsões sobre o futuro. O crescimento exponencial proporcionado pelos juros compostos reflete, em muitos aspectos, a confiança de que o tempo é um aliado poderoso dos investidores que buscam maximizar seu retorno ao longo de décadas. A confiança na economia e no sistema financeiro torna-se fundamental para garantir que os investidores possam manter seus recursos investidos por períodos longos o suficiente para ver os efeitos dos juros compostos.

Os juros compostos são aplicáveis a uma ampla gama de ativos financeiros, desde produtos de renda fixa, como títulos públicos, até instrumentos de renda variável, como ações. A chave para aproveitar ao máximo o poder dos juros compostos está no reinvestimento contínuo dos rendimentos e na paciência. O efeito cumulativo dos juros compostos pode transformar um pequeno investimento inicial em uma quantia significativa ao longo do tempo, o que exemplifica a importância do planejamento financeiro de longo prazo.

Um dos exemplos mais claros do poder dos juros compostos é ilustrado pelo famoso exemplo de Benjamin Franklin. Franklin, um dos pais fundadores dos Estados Unidos, deixou um legado em que depositou uma quantia de dinheiro em um fundo, estipulando que ele não fosse tocado por 200 anos. O valor inicial, aplicado com juros compostos, cresceu exponencialmente ao longo desse período, transformando-se em uma quantia considerável para projetos cívicos e sociais. Isso demonstra a capacidade dos juros compostos de gerar crescimento a partir de investimentos relativamente modestos, desde que haja paciência e uma visão de longo prazo.

Os conceitos de crescimento exponencial e juros compostos também encontram paralelo em algumas das ideias de Karl Marx, especialmente quando se discute a acumulação de capital

no capitalismo. Embora Marx estivesse mais interessado na exploração do trabalho e no acúmulo de riqueza pelos capitalistas, ele certamente reconhecia o poder de acumulação. Em *O Capital* (1867), Marx argumenta que a natureza do capitalismo é a acumulação contínua de capital, onde os lucros obtidos são reinvestidos para gerar mais lucros, criando um ciclo de crescimento que lembra o comportamento dos juros compostos. Para Marx, isso refletia as dinâmicas de exploração e concentração de riqueza, mas no contexto moderno dos investimentos pessoais, o conceito de acumulação continua sendo relevante para quem busca aumentar sua riqueza por meio de reinvestimentos.

Do ponto de vista comportamental, economistas como Richard Thaler destacaram que os indivíduos frequentemente subestimam o poder dos juros compostos, principalmente devido a falhas na compreensão matemática do crescimento exponencial. Thaler, em sua obra *Nudge* (2008), argumenta que as pessoas frequentemente cometem o erro de pensar linearmente, subestimando o crescimento potencial de seus investimentos ao longo do tempo. Os juros compostos, no entanto, representam um crescimento exponencial, e o efeito de longo prazo dessa forma de crescimento pode ser surpreendente para aqueles que estão acostumados a pensar em termos de juros simples.

O impacto dos juros compostos é particularmente relevante no contexto do planejamento de aposentadoria. No Brasil, onde a segurança financeira para a aposentadoria ainda é uma preocupação crescente devido às mudanças no sistema previdenciário, entender os juros compostos pode ser um divisor de águas para os investidores que buscam garantir um futuro mais seguro. A previdência privada, por exemplo, é uma forma popular de investimento de longo prazo, e aqueles que iniciam suas contribuições cedo conseguem tirar proveito da capitalização dos juros compostos ao longo de décadas. Isso reforça a importância de iniciar cedo o processo de investimento e deixar os rendimentos acumularem com o tempo.

O conceito de juros compostos também se relaciona com as discussões em torno da curva de Phillips, um gráfico que demonstra a relação inversa entre inflação e desemprego no curto prazo. Embora, à primeira vista, possa parecer que a curva de Phillips não esteja diretamente ligada aos juros compostos, a relação é mais profunda quando se considera a macroeconomia e os efeitos dos juros compostos no ambiente econômico. Em um cenário de inflação baixa, por exemplo, os retornos reais dos investimentos são mais previsíveis, o que permite que os juros compostos se desenvolvam de forma mais eficaz. Por outro lado, em

cenários de inflação alta, como muitas vezes observado no Brasil, os retornos reais podem ser corroídos, prejudicando o crescimento exponencial que os juros compostos proporcionam. Dessa forma, a estabilidade econômica e a inflação controlada desempenham um papel crucial na capacidade dos investidores de verem os benefícios dos juros compostos em seus portfólios.

A curva de Phillips também pode influenciar as decisões de política monetária que afetam diretamente as taxas de juros. Em períodos de desemprego baixo, a inflação tende a subir, o que leva os bancos centrais a aumentarem as taxas de juros para controlar a inflação. Taxas de juros mais altas, por sua vez, podem aumentar o retorno sobre investimentos de renda fixa e reforçar o poder dos juros compostos. Por outro lado, em períodos de desemprego elevado e inflação controlada, os bancos centrais tendem a reduzir as taxas de juros, o que pode diminuir o efeito dos juros compostos em investimentos conservadores. Portanto, a compreensão da curva de Phillips e da dinâmica macroeconômica é essencial para avaliar como o cenário econômico pode impactar a acumulação de riqueza por meio dos juros compostos.

Outra consideração importante quando se discute os juros compostos é a questão da educação financeira. Em países como o Brasil, onde os níveis de letramento financeiro ainda são baixos, muitos indivíduos têm dificuldade em compreender como os juros compostos funcionam e como eles podem ser usados para maximizar a acumulação de riqueza ao longo do tempo. Lusardi e Mitchell (2014) destacam que a falta de conhecimento financeiro é uma barreira significativa para que muitas pessoas invistam e aproveitem o efeito multiplicador dos juros compostos. Isso ressalta a importância de políticas de educação financeira que ensinem a população sobre os benefícios de investir cedo e permitir que os juros compostos façam seu trabalho.

É interessante observar que, mesmo em um contexto em que o conceito de juros compostos é conhecido, muitos investidores não maximizam seu potencial devido a escolhas financeiras inadequadas, como o saque antecipado de investimentos ou o foco excessivo em produtos financeiros de curto prazo. Economistas comportamentais como Daniel Kahneman e Amos Tversky, em sua pesquisa sobre heurísticas e vieses, argumentam que os indivíduos frequentemente tomam decisões financeiras baseadas em emoções e pressões de curto prazo, em vez de seguir uma estratégia de longo prazo que permita que os juros compostos se

acumularem de maneira ideal. Essa falha no comportamento financeiro explica por que muitos investidores acabam com retornos inferiores aos que poderiam alcançar, mesmo quando têm acesso a produtos financeiros adequados.

Ao relacionar o poder dos juros compostos com o cenário brasileiro, é possível ver que a alta volatilidade econômica, combinada com um histórico de hiperinflação e crises econômicas, tem moldado o comportamento dos investidores. A falta de confiança no sistema econômico, especialmente durante períodos de instabilidade, levou muitos brasileiros a optar por investimentos conservadores, como a caderneta de poupança, que oferecem retornos mais baixos. Embora a caderneta de poupança utilize o conceito de juros compostos, o crescimento proporcionado por esse instrumento financeiro é significativamente inferior ao de outros produtos de investimento, como ações ou títulos privados, que podem aproveitar melhor o efeito dos juros compostos ao longo do tempo.

No entanto, é importante reconhecer que o poder dos juros compostos só é maximizado quando os investidores mantêm seus recursos aplicados por longos períodos, sem interrupções. Interrupções frequentes, como retiradas antecipadas ou mudanças constantes de estratégia de investimento, podem prejudicar a eficácia dos juros compostos, uma vez que cada retirada reduz o capital sobre o qual os juros futuros serão aplicados. Isso reforça a importância do planejamento financeiro de longo prazo, onde os investidores devem ser encorajados a manter sua disciplina e evitar decisões impulsivas que possam comprometer o crescimento exponencial proporcionado pelos juros compostos.

Sendo assim, os juros compostos representam uma ferramenta de extrema relevância para a acumulação de riqueza e o planejamento financeiro de longo prazo. Sua capacidade de gerar crescimento exponencial a partir de investimentos relativamente modestos faz deles um dos pilares fundamentais da teoria financeira. Autores como Keynes, ao explorar as expectativas futuras e o comportamento de investidores, mostraram que a confiança no sistema econômico e uma visão de longo prazo são essenciais para que os indivíduos possam usufruir plenamente dos benefícios dos juros compostos. Além disso, a relação entre os juros compostos e o cenário macroeconômico, exemplificado pela curva de Phillips, destaca a importância da estabilidade econômica para garantir que os retornos dos investimentos não sejam corroídos pela inflação.

O poder dos juros compostos também ressalta a importância de uma sólida educação financeira. Como observado por autores como Lusardi e Mitchell, sem uma compreensão clara de como os juros compostos funcionam, muitos investidores subestimam seu impacto e tomam decisões financeiras que limitam seu crescimento patrimonial. Assim, o sucesso no aproveitamento dos juros compostos depende não apenas de disciplina e paciência, mas também de um ambiente que ofereça estabilidade econômica e oportunidades para investimentos diversificados.

Portanto, os juros compostos não são apenas um fenômeno matemático, mas um reflexo de como as decisões financeiras, quando guiadas por conhecimento e visão de longo prazo, podem transformar o futuro econômico dos indivíduos e sociedades.

3. Educação Financeira e a Vulnerabilidade social

3.1 - Quem são os indivíduos em vulnerabilidade social

A educação financeira é vista como um elemento central na mitigação da vulnerabilidade social, uma vez que a falta de conhecimento sobre finanças pessoais exacerba as desigualdades econômicas e reduz a capacidade de mobilidade social. No Brasil, onde a desigualdade de renda é historicamente alta, os indivíduos em situação de vulnerabilidade social são os mais prejudicados pela falta de acesso a informações financeiras básicas, o que limita suas oportunidades de melhorar sua qualidade de vida e alcançar estabilidade econômica. Neste contexto, o desenvolvimento de competências em educação financeira pode não apenas ajudar a mitigar os efeitos da pobreza, mas também funcionar como um instrumento de inclusão e justiça social.

O conceito de vulnerabilidade social refere-se a condições nas quais indivíduos ou grupos estão expostos a riscos econômicos, sociais e culturais, que prejudicam sua capacidade de superar adversidades e obter oportunidades de crescimento. De acordo com Karl Marx, a estrutura de classes sociais no capitalismo cria uma divisão profunda entre os "proprietários dos meios de produção" e os "proletários", que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. A situação de vulnerabilidade, dentro dessa lógica, surge da desigual distribuição de recursos e do controle sobre os meios de produção, o que perpetua ciclos de pobreza e exclusão. Indivíduos de baixa renda e pertencentes a grupos marginalizados, como mulheres,

negros, indígenas e moradores de áreas periféricas, são desproporcionalmente afetados por essa estrutura.

No Brasil, a vulnerabilidade social é acentuada pela desigualdade econômica e pela informalidade no mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE de 2022, cerca de 55% da população ocupada está no setor informal, sem acesso a garantias trabalhistas como FGTS ou seguro-desemprego. Esses trabalhadores informais têm menor acesso a produtos financeiros formais, como contas bancárias, crédito e investimentos, o que os torna mais vulneráveis a choques econômicos, como desemprego ou emergências de saúde.

Além disso, a pobreza multidimensional, que leva em conta fatores como educação, saúde e padrão de vida, também contribui para a vulnerabilidade social. Em um relatório de 2021, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estimou que 10,6% da população brasileira vive em condições de pobreza extrema, com renda inferior a US\$ 1,90 por dia. Esses indivíduos frequentemente têm acesso limitado à educação formal, o que compromete sua capacidade de desenvolver habilidades financeiras essenciais, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

John Maynard Keynes, em sua "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda", argumenta que a vulnerabilidade financeira também está relacionada à incerteza econômica e à incapacidade de poupar ou investir, já que esses indivíduos priorizam o consumo imediato em detrimento do planejamento de longo prazo. Keynes destacou que, em situações de baixa renda, a propensão marginal a consumir é alta, uma vez que as necessidades básicas precisam ser satisfeitas, o que limita a capacidade de acumular poupança.

Diversos fatores contribuem para a vulnerabilidade social no Brasil, sendo o acesso limitado à educação de qualidade um dos mais críticos. Segundo o relatório "Educação e Desigualdade no Brasil" do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a baixa qualidade do ensino público e as altas taxas de evasão escolar em comunidades de baixa renda reduzem a competitividade dos jovens no mercado de trabalho, restringindo suas oportunidades econômicas. Sem acesso a uma educação formal eficaz, o aprendizado de competências financeiras também é limitado, perpetuando o ciclo de exclusão econômica.

Outro fator importante é a falta de acesso ao sistema financeiro formal, que deixa os indivíduos vulneráveis à exclusão bancária. Segundo o Banco Central, cerca de 34 milhões de brasileiros não possuem conta bancária. Essa exclusão do sistema financeiro formal os impede de acessar produtos como crédito a taxas competitivas, o que aumenta sua dependência de

formas de crédito informal, como agiotas, onde as taxas de juros são exorbitantes e muitas vezes ilegais.

Adicionalmente, a vulnerabilidade social no Brasil está intimamente ligada à distribuição desigual de renda e riqueza. O relatório do Credit Suisse sobre desigualdade global de 2021 mostra que os 10% mais ricos no Brasil detêm cerca de 55% da riqueza total, enquanto os 50% mais pobres possuem menos de 1%. Essa concentração extrema de riqueza reflete a falta de mobilidade econômica e a dificuldade dos mais pobres em acumular qualquer tipo de capital, seja para poupança ou para investimentos produtivos.

A vulnerabilidade social afeta diretamente a capacidade dos indivíduos de acessar e aplicar conhecimentos de educação financeira. Como Keynes afirmou, a incerteza econômica e a falta de recursos limitam as opções de poupança e investimento para os mais pobres, criando um ciclo de dependência do consumo imediato. Além disso, a falta de acesso a produtos financeiros formais e a ausência de uma rede de proteção social consistente faz com que os indivíduos em vulnerabilidade social tenham uma capacidade limitada de se preparar para o futuro, o que aumenta sua exposição a riscos financeiros.

No contexto da educação financeira, indivíduos em situação de vulnerabilidade tendem a priorizar a sobrevivência imediata, com pouca ou nenhuma capacidade de se engajar em planejamentos de longo prazo, como poupança ou investimento. Sem uma base educacional sólida que promova habilidades de planejamento e gestão financeira, esses indivíduos permanecem presos em um ciclo de endividamento e instabilidade financeira. O aumento da educação financeira entre os grupos vulneráveis, portanto, é uma questão central para a promoção da inclusão social e econômica no Brasil.

Os indivíduos em vulnerabilidade social no Brasil enfrentam uma série de desafios econômicos e estruturais que limitam seu acesso a oportunidades e sua capacidade de melhorar sua condição financeira. A educação financeira, nesse contexto, torna-se uma ferramenta crucial para romper esse ciclo, fornecendo as competências necessárias para que os mais pobres possam tomar decisões financeiras informadas e planejar um futuro mais estável. No entanto, como indicam os autores clássicos como Marx e Keynes, a solução para essa questão também passa por mudanças estruturais na economia, que envolvem a redistribuição de riqueza e a criação de uma rede de proteção social eficaz, além da disseminação de uma educação financeira inclusiva e acessível a todos.

3.2 – O meio transforma a decisão do ser humano

A educação financeira tem sido vista como uma ferramenta central na promoção da autonomia individual e no fortalecimento da capacidade de tomada de decisão dos indivíduos em um ambiente econômico cada vez mais complexo. No entanto, ao discutir a vulnerabilidade social e os obstáculos que ela impõe ao desenvolvimento econômico e social, é importante reconhecer que o meio em que um indivíduo está inserido exerce uma influência significativa

sobre suas decisões financeiras. Este fato está amplamente ancorado nas teorias econômicas e sociais, particularmente nas obras de Karl Marx e John Maynard Keynes, que, de diferentes maneiras, analisaram o impacto das condições sociais e econômicas nas ações individuais.

O entendimento de que o meio transforma a decisão do homem é essencial para compreender como a educação financeira pode ou não ter sucesso em populações vulneráveis, onde as circunstâncias externas frequentemente ditam as opções e limitações financeiras dos indivíduos.

Karl Marx, em sua análise da economia capitalista, argumenta que a estrutura de classes e a desigualdade inerente ao sistema limitam a liberdade individual, ao determinar que as decisões econômicas dos trabalhadores são moldadas por sua necessidade de sobreviver em um ambiente de exploração. Segundo Marx, as condições materiais de existência – como a posse ou não dos meios de produção – são as que verdadeiramente determinam o comportamento humano. Isso significa que, embora a educação financeira possa fornecer o conhecimento necessário para decisões econômicas informadas, ela pouco pode fazer se o meio em que os indivíduos estão inseridos restringe suas opções. Indivíduos de baixa renda, por exemplo, podem entender a importância de poupar e investir, mas as limitações impostas pela necessidade de consumo imediato, baixos salários e a ausência de uma rede de segurança social tornam essas práticas financeiramente inviáveis. Como Marx escreveu em *O Capital* (1867):

“os homens fazem sua própria história, mas não o fazem como querem; eles não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas que são encontradas, dadas e transmitidas a eles”.

Essa perspectiva é particularmente relevante no contexto da vulnerabilidade social. No Brasil, onde a desigualdade de renda e a exclusão social são profundas, muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade enfrentam ambientes onde suas decisões financeiras são moldadas por necessidades urgentes e pela falta de acesso a oportunidades. Segundo dados do IBGE de 2022, aproximadamente 33,1 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, o que

significa que suas decisões financeiras são frequentemente limitadas a escolhas de curto prazo, como o consumo de itens essenciais, em detrimento de decisões de poupança ou investimento que poderiam melhorar suas condições a longo prazo. Nesse contexto, a educação financeira enfrenta um desafio fundamental: *como ensinar conceitos de planejamento financeiro de longo prazo para indivíduos cujas necessidades imediatas consomem toda sua renda disponível?*

John Maynard Keynes, em sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), ofereceu uma visão complementar ao argumento marxista ao introduzir o conceito de “propensão marginal a consumir”. Keynes observou que, à medida que a renda de um indivíduo aumenta, uma proporção maior dessa renda tende a ser destinada à poupança, enquanto os indivíduos de baixa renda dedicam a maior parte, ou até a totalidade, de seus recursos ao consumo imediato. Para Keynes, esse comportamento não era uma falha individual, mas sim uma resposta racional às condições econômicas. Em situações de baixa renda, onde as necessidades básicas ainda não foram plenamente atendidas, a capacidade de poupar ou investir é significativamente reduzida. A propensão marginal a consumir, portanto, torna-se mais elevada entre os indivíduos de menor renda, o que os deixa presos em um ciclo de consumo imediato sem a possibilidade de acumular riqueza ao longo do tempo.

O meio, portanto, transforma não apenas as decisões financeiras de curto prazo, mas também as possibilidades futuras desses indivíduos. Em ambientes onde o acesso a crédito é restrito ou envolve taxas de juros abusivas, como ocorre frequentemente em comunidades de baixa renda no Brasil, os indivíduos muitas vezes recorrem a formas de crédito informal, como agiotas, cujas condições são predatórias. A educação financeira pode fornecer o conhecimento sobre a importância de evitar esses tipos de armadilhas financeiras, mas quando o meio econômico impõe uma situação de emergência – como despesas médicas inesperadas ou a perda de emprego – essas opções tornam-se inevitáveis. Isso reforça a tese de Marx sobre a alienação e a falta de controle dos trabalhadores sobre suas condições de vida, pois as decisões financeiras que eles tomam não refletem necessariamente sua vontade, mas sim as limitações impostas por seu meio.

Além das condições econômicas, há um aspecto social e cultural que influencia significativamente a tomada de decisão dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Pierre Bourdieu, sociólogo francês, introduziu o conceito de “capital cultural”, argumentando que os indivíduos de diferentes classes sociais possuem diferentes níveis de conhecimento, habilidade

e redes sociais que afetam suas oportunidades e escolhas. No contexto da educação financeira, isso significa que o meio cultural em que os indivíduos estão inseridos influencia sua capacidade de internalizar e aplicar o conhecimento financeiro. Por exemplo, um indivíduo que cresce em um ambiente onde a poupança e o investimento são práticas comuns e incentivadas desde a infância provavelmente desenvolverá uma atitude mais favorável em relação ao planejamento financeiro, em comparação com alguém que cresceu em um ambiente onde o endividamento é uma constante e o consumo imediato é visto como uma necessidade.

No Brasil, a falta de “capital cultural” financeiro entre as populações vulneráveis é agravada pela baixa educação formal e pela exclusão social. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2021), o Brasil ainda enfrenta altos níveis de analfabetismo funcional, com cerca de 11 milhões de brasileiros incapazes de compreender plenamente textos básicos, o que limita sua capacidade de absorver e aplicar conceitos financeiros. A educação financeira, nesse contexto, deve ser adaptada às realidades culturais e educacionais dessas populações, com um enfoque em simplificar e contextualizar os conceitos, tornando-os acessíveis a todos os níveis de educação.

Outro fator que transforma a decisão financeira dos indivíduos em vulnerabilidade social é o acesso desigual a serviços financeiros. No Brasil, cerca de 34 milhões de pessoas não possuem conta bancária, segundo o Banco Central (2021), o que dificulta o acesso a produtos financeiros formais, como poupança e crédito. Sem esses produtos, as decisões financeiras desses indivíduos são limitadas a transações em dinheiro, o que aumenta a insegurança e a incerteza. A exclusão financeira reforça as limitações impostas pelo meio, tornando o conhecimento adquirido por meio da educação financeira difícil de ser aplicado na prática. Além disso, a informalidade no mercado de trabalho, que atinge mais de 40% da força de trabalho brasileira, segundo o IBGE (2022), contribui para a instabilidade financeira dos trabalhadores, que muitas vezes não possuem renda estável para planejar de forma eficaz suas finanças.

As condições macroeconômicas também desempenham um papel fundamental na transformação das decisões individuais. A inflação, por exemplo, corrói o poder de compra das famílias de baixa renda, tornando ainda mais difícil poupar ou investir. No Brasil, onde a inflação atingiu picos alarmantes em 2021 e 2022, a população mais pobre foi a mais afetada, já que sua renda é quase inteiramente consumida por bens essenciais, como alimentos e transporte. Nesse cenário, a educação financeira pode ajudar a aumentar a consciência sobre os

impactos da inflação, mas pouco pode fazer para aliviar a pressão imediata sobre as finanças pessoais. Como Keynes observou, "no longo prazo, todos estaremos mortos", sugerindo que as políticas econômicas devem focar nas necessidades imediatas das pessoas, em vez de apenas promover soluções de longo prazo que muitas vezes são inviáveis para os mais vulneráveis.

Portanto, o meio em que os indivíduos vivem – seja econômico, social ou cultural – tem um impacto profundo nas suas decisões financeiras. Embora a educação financeira seja uma ferramenta valiosa, sua eficácia é limitada pelas condições externas que moldam essas decisões.

As teorias de Marx e Keynes ajudam a entender que as limitações impostas pela pobreza e pela desigualdade não são simplesmente questões de escolha pessoal ou falta de conhecimento, mas refletem as condições estruturais que determinam o comportamento financeiro dos indivíduos. Em última análise, para que a educação financeira seja realmente transformadora, é necessário um esforço conjunto de políticas públicas que não apenas forneçam conhecimento, mas também criem um ambiente propício para que os indivíduos possam aplicar esse conhecimento de maneira eficaz. Isso inclui a criação de uma rede de proteção social, o aumento do acesso a serviços financeiros formais, a estabilização econômica e a promoção de oportunidades educacionais para todos. Só assim será possível romper o ciclo de vulnerabilidade e permitir que as decisões financeiras sejam verdadeiramente livres e informadas.

3.3- Porque bens materiais são mais atraentes do que projetos de longo prazo

A educação financeira desempenha um papel crucial na promoção da conscientização sobre a gestão de recursos e a construção de um planejamento financeiro sustentável a longo prazo. No entanto, ao se discutir a relação entre educação financeira e vulnerabilidade social, emerge um dilema essencial: “por que, para muitas pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, os bens materiais imediatos são mais atraentes do que projetos de longo prazo, como poupança e investimentos?”. Esse fenômeno, amplamente observado em economias desiguais como a brasileira, está profundamente enraizado em fatores econômicos, sociais e culturais que afetam a tomada de decisão individual. As teorias econômicas de Karl Marx e John Maynard Keynes oferecem uma base para entender como o meio e a estrutura social transformam a capacidade dos indivíduos de planejar a longo prazo, privilegiando o consumo imediato.

Karl Marx, em sua análise da sociedade capitalista, argumenta que o sistema econômico cria uma divisão de classes que limita as opções dos indivíduos que pertencem às camadas mais baixas da sociedade. Em *O Capital* (1867), Marx enfatiza que o trabalhador, desprovido dos meios de produção, está preso em um ciclo de dependência de sua força de trabalho para sobreviver, o que o força a concentrar-se nas necessidades imediatas. Esse foco no presente, segundo Marx, é resultado de uma alienação causada pelo sistema capitalista, no qual o trabalhador é alienado tanto de sua própria produção quanto das possibilidades de controle sobre seu futuro. Nesse contexto, o consumo de bens materiais, muitas vezes incentivado pelo marketing e pelo próprio sistema de produção capitalista, torna-se uma válvula de escape para os indivíduos. Em vez de poupar ou investir para garantir uma vida melhor a longo prazo, os trabalhadores são impulsionados a consumir imediatamente os poucos recursos que possuem como uma forma de lidar com as frustrações da vida cotidiana.

Essa perspectiva marxista se reflete claramente no comportamento financeiro de indivíduos em situação de vulnerabilidade no Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), cerca de 55% dos brasileiros vivem com renda insuficiente para cobrir suas despesas básicas, o que limita a capacidade dessas pessoas de pensar em projetos de longo prazo. Para muitas dessas pessoas, a ideia de acumular capital ou investir em ativos que gerem retorno a longo prazo parece uma realidade distante. O consumo de bens materiais, por outro lado, proporciona uma satisfação imediata que se torna particularmente atraente em um contexto de carência material e instabilidade econômica. Esse comportamento está enraizado na experiência diária da exclusão social e econômica, na qual a incerteza sobre o futuro leva à maximização do consumo no presente.

Além disso, o próprio sistema econômico incentiva esse comportamento. As indústrias de marketing e publicidade, associadas ao capitalismo de consumo, criam uma demanda constante por bens materiais, muitas vezes através da criação de falsas necessidades. Marx já havia previsto essa dinâmica, sugerindo que o capitalismo não apenas produz bens, mas também cria uma "necessidade" por eles, promovendo uma "fetichização das mercadorias". Esse conceito sugere que os indivíduos são levados a atribuir valor excessivo aos bens materiais, vendo-os não apenas como utilitários, mas como símbolos de status e realização pessoal. Assim, o consumo de bens materiais, mesmo que seja prejudicial para o planejamento financeiro de longo prazo, torna-se uma forma de compensar as lacunas deixadas por uma vida de privações.

No entanto, não é apenas a alienação no sentido marxista que explica essa preferência pelo consumo imediato. John Maynard Keynes, em sua obra *A Teoria Geral do Emprego*, do

Juro e da Moeda (1936), aborda o conceito de “propensão marginal a consumir”, observando que indivíduos de baixa renda tendem a gastar uma proporção maior de sua renda em consumo imediato, em vez de poupar ou investir. Keynes argumenta que esse comportamento é racional em situações de baixa renda, já que as necessidades imediatas, como alimentação, moradia e transporte, devem ser satisfeitas antes que qualquer pensamento sobre o futuro possa ser considerado. Portanto, em um contexto de vulnerabilidade, a capacidade de investir em projetos de longo prazo é significativamente reduzida, e os bens materiais, que trazem uma satisfação imediata, tornam-se a prioridade.

No Brasil, essa lógica é evidente no comportamento financeiro das classes mais baixas. Um estudo do Banco Central (2021) mostrou que, entre as famílias de baixa renda, cerca de 70% da renda é destinada ao consumo imediato, enquanto a taxa de poupança é quase inexistente. Isso reflete a dificuldade dessas famílias em planejar para o futuro, dada a pressão constante das despesas cotidianas. Além disso, o acesso limitado a produtos financeiros formais, como contas bancárias e opções de investimento, agrava ainda mais a situação, uma vez que muitos indivíduos recorrem a formas informais de crédito para financiar suas compras, entrando em um ciclo de endividamento que reduz ainda mais sua capacidade de pensar a longo prazo.

Outro fator que contribui para a preferência por bens materiais em detrimento de projetos de longo prazo é a cultura do consumo, que é amplamente promovida pela mídia e pelas redes sociais. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em sua teoria sobre o "capital simbólico", argumenta que os bens materiais muitas vezes funcionam como marcadores de status e distinção social. Em sociedades desiguais, como a brasileira, a aquisição de bens de consumo – como roupas de marca, eletrônicos ou automóveis – torna-se uma forma de compensar a exclusão social e de buscar reconhecimento e aceitação em um contexto em que o status é determinado, em grande parte, pela posse de bens materiais. Assim, os indivíduos em situação de vulnerabilidade são pressionados a consumir como uma forma de alcançar status social, mesmo que isso signifique sacrificar a segurança financeira a longo prazo.

Essa dinâmica é agravada pelo fenômeno do "consumo aspiracional", no qual os indivíduos de baixa renda imitam os padrões de consumo das classes mais altas, mesmo que isso comprometa sua situação financeira. De acordo com uma pesquisa do Instituto Locomotiva (2020), cerca de 60% das famílias brasileiras de baixa renda gastam mais do que ganham, muitas vezes financiando suas compras com crédito de curto prazo ou entrando em dívidas para manter um padrão de consumo que não corresponde à sua realidade financeira. Esse comportamento é incentivado pelo sistema capitalista, que oferece crédito fácil e promove o

consumo como uma forma de alcançar felicidade e sucesso, independentemente das consequências de longo prazo.

Nesse contexto, a educação financeira enfrenta um desafio significativo: como ensinar a importância do planejamento financeiro de longo prazo quando o sistema econômico e social incentiva o consumo imediato? A educação financeira, por si só, pode não ser suficiente para mudar o comportamento financeiro das populações vulneráveis, uma vez que as pressões culturais e econômicas para consumir são muito fortes. No entanto, é possível que programas de educação financeira adaptados às realidades dessas populações, que abordem tanto os aspectos técnicos quanto os emocionais e culturais do consumo, possam ter algum sucesso em modificar o comportamento.

É importante reconhecer que o consumo de bens materiais não são inerentemente negativo. Para muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade, o consumo é uma forma de melhorar sua qualidade de vida imediata, satisfazendo necessidades básicas e proporcionando conforto em um ambiente de privações. No entanto, quando o consumo de bens materiais se torna um obstáculo para o planejamento financeiro de longo prazo, ele pode perpetuar o ciclo de pobreza e exclusão social. A educação financeira, portanto, deve não apenas ensinar as técnicas de planejamento financeiro, mas também abordar as influências sociais e culturais que moldam o comportamento de consumo.

A teoria econômica comportamental oferece algumas soluções para esse dilema. Richard Thaler e Cass Sunstein, em sua obra *Nudge* (2008), argumentam que pequenas intervenções – ou “nudges” – podem ajudar a modificar o comportamento financeiro das pessoas, incentivando-as a tomar decisões mais conscientes sobre seu futuro. Por exemplo, a introdução de programas de poupança automática, onde uma parte da renda é direcionada automaticamente para uma conta de poupança, pode ajudar as pessoas a superarem a tentação de gastar toda a sua renda em consumo imediato. Estudos mostram que intervenções simples, como a criação de metas financeiras claras ou o uso de aplicativos que acompanham os gastos, podem ajudar os indivíduos a controlarem melhor suas finanças e a planejar para o futuro.

No entanto, é importante reconhecer que essas intervenções comportamentais, embora úteis, não resolvem o problema subjacente da desigualdade econômica. Como Marx argumentou, as condições materiais de existência são fundamentais para determinar o comportamento dos indivíduos. Enquanto as pessoas em situação de vulnerabilidade enfrentarem renda insuficiente, acesso limitado a produtos financeiros e pressão para consumir como forma de alcançar status social, será difícil incentivá-las a priorizar o planejamento de

longo prazo em detrimento do consumo imediato. A educação financeira, portanto, deve ser acompanhada por políticas públicas que abordem as raízes da desigualdade, proporcionando uma rede de segurança social, melhores oportunidades de emprego e acesso a produtos financeiros inclusivos.

John Maynard Keynes também argumentou que o planejamento financeiro individual está inextricavelmente ligado à política econômica. Em sua visão, o papel do governo é crucial para garantir que os indivíduos tenham renda suficiente e oportunidades de poupança e investimento. Sem uma política fiscal e monetária que promova o emprego pleno, a estabilidade de preços e o crescimento econômico, será difícil para os indivíduos em situação de vulnerabilidade planejar para o futuro. Como Keynes escreveu: “As ideias dos economistas e dos filósofos políticos, sejam elas certas ou erradas, são mais poderosas do que comumente se entende. De fato, o mundo é governado por pouco mais do que isso.”

Portanto, ao se analisar por que bens materiais são mais atraentes do que projetos de longo prazo para muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade, é essencial considerar o papel que o meio econômico, social e cultural desempenha na formação dessas decisões.

Embora a educação financeira possa ajudar a conscientizar os indivíduos sobre a importância do planejamento de longo prazo, ela deve ser acompanhada por mudanças estruturais que abordem as limitações impostas pela desigualdade de renda, a exclusão financeira e a cultura de consumo. Somente com uma abordagem integrada que combine educação, política econômica e inclusão social será possível criar um ambiente onde os indivíduos possam planejar para o futuro e superar as barreiras que os impedem de construir uma vida financeira estável e sustentável.

4.Princípios Básicos da educação financeira.

4.1- Princípios básicos da educação financeira

A educação financeira emerge como um pilar essencial para o desenvolvimento econômico e social, especialmente em países como o Brasil, nos quais a desigualdade de renda e o acesso limitado à informação sobre finanças pessoais impactam diretamente o bem-estar da população. Em um contexto caracterizado por altas taxas de endividamento e baixa poupança entre os cidadãos, a disseminação de conhecimentos financeiros não apenas facilita a gestão

eficiente dos recursos pessoais, mas também contribui para a estabilidade econômica e social do país como um todo.

“A educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países.”

(Caderno de Ed Financeira – Gestão de Finanças Pessoais, Banco Central, 2013).

Este estudo visa explorar o impacto da educação financeira na população brasileira, examinando como o aprimoramento das habilidades financeiras pode influenciar comportamentos econômicos e, conseqüentemente, promover uma maior resiliência frente às oscilações do ambiente macroeconômico. A análise abrange uma revisão das principais teorias econômicas relacionadas ao comportamento financeiro individual, bem como uma avaliação empírica do efeito de programas de educação financeira em diferentes estratos da sociedade brasileira. Ao identificar os fatores que condicionam a eficácia desses programas, busca-se não apenas compreender a extensão do impacto, mas também fornecer insights para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes.

A educação financeira fundamenta-se em princípios que são cruciais para a construção de uma base sólida de conhecimento econômico entre os indivíduos. Estes princípios não só capacitam o indivíduo a gerir suas finanças de maneira eficaz, como também servem como um catalisador para o desenvolvimento econômico a nível macro. Dentre os conceitos fundamentais, destacam-se o planejamento financeiro, a poupança, o crédito e o investimento.

O planejamento financeiro é o ponto de partida para uma gestão financeira eficaz. Dentro da teoria econômica, a importância do planejamento é amplamente discutida, especialmente no que tange à maximização da utilidade do consumidor. Um planejamento adequado permite ao indivíduo tomar decisões informadas sobre consumo e poupança, otimizando o uso dos recursos disponíveis para alcançar seus objetivos de curto e longo prazo. Além disso, a elaboração de um orçamento detalhado, com a distinção clara entre necessidades e desejos, é essencial para evitar o endividamento descontrolado e para criar um colchão financeiro capaz de mitigar choques econômicos inesperados.

“O êxito nas finanças pessoais não está relacionado exclusivamente ao nível financeiro e acúmulos de bens durante a vida, mas, sim à capacidade de se planejar e de se dispor a organizar o dinheiro para a realização

de projetos pessoais e familiares, ou apenas de viver em adimplência financeira e poder suprir as necessidades básicas, sem se preocupar com a falta deste para honrar compromissos”

(Finanças pessoais para iniciantes, cap.1, pg.:15 – Camila T. C. Silva, Natallya de A. Levino e Anderson M. A. dos Santos)

Já a caderneta de poupança desempenha um papel central na teoria do ciclo de vida e na teoria do comportamento intertemporal, as quais postulam que os indivíduos tendem a suavizar o consumo ao longo da vida. A prática de reservar parte da renda para o futuro é não apenas uma estratégia de segurança financeira, mas também um componente crítico para o crescimento econômico a longo prazo. A poupança acumulada pode ser canalizada para investimentos produtivos, contribuindo para o aumento da capacidade produtiva e, conseqüentemente, para o crescimento econômico.

Ao que se diz o crédito, por sua vez, é uma ferramenta que, quando utilizada de maneira responsável, pode acelerar a realização de investimentos e a aquisição de bens de consumo duráveis. No entanto, a teoria do risco moral e da seleção adversa destaca os perigos do crédito

fácil, especialmente em contextos em que a informação assimétrica prevalece. A educação financeira desempenha um papel crucial ao equipar os indivíduos com a capacidade de avaliar adequadamente as condições de crédito, evitando assim o endividamento excessivo e os ciclos de pobreza que dele podem resultar.

Por fim, o conhecimento sobre investimentos é fundamental para que os indivíduos possam alocar seus recursos de maneira eficiente, maximizando o retorno sobre o capital e contribuindo para a sua segurança financeira no longo prazo. A teoria da carteira moderna, desenvolvida por Harry Markowitz (o ideal aqui é citar a obra e o ano), enfatiza a importância da diversificação como estratégia para a redução do risco. A educação financeira fornece as ferramentas necessárias para que os indivíduos possam aplicar essas teorias na prática, construindo portfólios que estejam alinhados com seus objetivos e tolerância ao risco.

Esses princípios básicos da educação financeira não apenas capacitam os indivíduos a melhorarem sua própria situação financeira, mas também têm implicações macroeconômicas significativas, como a redução da vulnerabilidade econômica da população e o fortalecimento da estabilidade financeira do país. Ao entender e aplicar esses princípios, a população brasileira pode não apenas melhorar sua qualidade de vida, mas também contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

4.2 – Origens da poupança

A prática da poupança, definida como a acumulação de recursos financeiros ao longo do tempo para consumo futuro, é um conceito que tem raízes profundas tanto na história econômica quanto no comportamento humano. A poupança é uma atividade que está intrinsecamente ligada ao desejo de segurança e planejamento para o futuro, sendo uma resposta natural às incertezas da vida. No entanto, a formalização da poupança como um componente essencial do sistema econômico moderno evoluiu ao longo dos séculos, influenciada por uma série de fatores históricos, sociais e econômicos.

O desenvolvimento histórico da poupança deriva da ideia de sociedades agrícolas antigas, onde o armazenamento de grãos e outros recursos durante períodos de colheita abundante servia como uma forma de proteção contra épocas de escassez. Essa prática rudimentar de poupança era crucial para a sobrevivência e a estabilidade das comunidades, estabelecendo as bases para o desenvolvimento econômico e a acumulação de capital.

Com o advento das economias monetárias, particularmente durante a Idade Moderna na Europa, a poupança começou a assumir uma forma mais estruturada. As primeiras instituições bancárias, como os bancos de depósitos e as caixas de poupança, surgiram como mecanismos para armazenar e proteger o dinheiro, oferecendo uma alternativa segura ao acúmulo de riqueza em forma de bens físicos. Essas instituições desempenharam um papel fundamental na facilitação da poupança entre as classes trabalhadoras e camponesas, que anteriormente tinham acesso limitado a meios seguros de guardar seus recursos.

A Revolução Industrial trouxe uma mudança significativa na maneira como a poupança era percebida e utilizada. O rápido crescimento econômico e o aumento da renda disponível entre a população impulsionaram o hábito de poupar, tanto em nível individual quanto coletivo. Durante esse período, a poupança foi vista como um meio de financiar investimentos em infraestrutura, tecnologia e expansão industrial. Governos e empresários incentivaram a poupança como uma forma de mobilizar capital para projetos de grande escala, que eram essenciais para o desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista teórico, a poupança ocupa uma posição central em várias escolas de pensamento econômico. Na economia clássica, conforme formulado por Adam Smith e David Ricardo, a poupança era vista como uma virtude econômica, pois permitia a acumulação de

capital, essencial para o crescimento econômico e a formação de riqueza. A teoria clássica postula que a poupança é um pré-requisito para o investimento, que, por sua vez, impulsiona a produção e o emprego.

John Maynard Keynes, por outro lado, trouxe uma visão mais crítica sobre a poupança em sua obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (1936). Segundo Keynes, um excesso de poupança poderia levar a uma redução na demanda agregada, causando recessões econômicas. O “paradoxo da poupança” keynesiana sugere que, embora a poupança seja benéfica em nível individual, um aumento generalizado na propensão a poupar pode reduzir o consumo, levando a um ciclo de queda na produção e no emprego.

Na economia moderna, a teoria do ciclo de vida, desenvolvida por Franco Modigliani e Richard Brumberg, oferece uma perspectiva mais equilibrada sobre a poupança. Segundo essa teoria, os indivíduos tendem a suavizar seu consumo ao longo da vida, poupando durante os anos de maior renda (geralmente na fase ativa da vida) e despendendo essa poupança durante a aposentadoria. Essa abordagem tem implicações importantes para as políticas de previdência social e planejamento financeiro pessoal, especialmente em países como o Brasil, onde a transição demográfica está em andamento.

No contexto brasileiro, a poupança sempre desempenhou um papel importante, tanto em nível macroeconômico quanto na vida cotidiana dos cidadãos. Segundo dados do Banco Central do Brasil, a taxa de poupança do país (relação entre poupança e PIB) tem se mantido em níveis relativamente baixos em comparação com outras economias emergentes, refletindo tanto as características estruturais da economia brasileira quanto as preferências culturais dos consumidores.

Historicamente, a caderneta de poupança é a forma mais popular de poupança entre os brasileiros, devido à sua simplicidade, segurança e isenção de imposto de renda sobre os rendimentos. Mesmo com a queda das taxas de juros nos últimos anos, que reduziu a atratividade dos rendimentos da poupança, a caderneta ainda é amplamente utilizada, especialmente entre as camadas de menor renda. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, aproximadamente 65% das famílias brasileiras possuíam algum tipo de poupança, embora grande parte desses recursos fosse mantida em instrumentos de baixa rentabilidade

Entretanto, o Brasil enfrenta desafios significativos para aumentar a taxa de poupança nacional. A alta informalidade no mercado de trabalho, a baixa educação financeira e o histórico de instabilidade econômica são fatores que contribuem para a baixa propensão a poupar. Além disso, a alta carga tributária e o consumo elevado também desempenham papéis críticos, limitando a capacidade de poupança das famílias brasileiras.

No contexto da origem da poupança, além das formas tradicionais de poupança voluntária, como a caderneta de poupança e outros produtos financeiros, no Brasil também existem mecanismos de poupança compulsória que desempenham um papel importante na acumulação de recursos financeiros, sendo os principais exemplos o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS). Essas formas de poupança são determinadas por lei e têm como objetivo tanto a proteção social dos trabalhadores quanto o financiamento de projetos de interesse nacional.

O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) foi criado em 1966 e funciona como uma poupança compulsória destinada aos trabalhadores formais. Ele é alimentado por depósitos mensais realizados pelos empregadores, correspondendo a 8% do salário de cada trabalhador, sem que haja desconto direto na folha de pagamento do empregado. O objetivo principal do FGTS é garantir ao trabalhador uma reserva financeira em casos de demissão sem justa causa, aposentadoria, aquisição de imóvel ou emergências, como doenças graves e desastres naturais.

Economicamente, o FGTS é um mecanismo de poupança compulsória que, ao longo do tempo, tem desempenhado um papel significativo na geração de recursos financeiros que podem ser utilizados para o consumo ou investimento no futuro. No entanto, uma crítica frequente ao FGTS diz respeito à sua baixa rentabilidade, que muitas vezes fica abaixo da inflação, o que significa que os trabalhadores podem perder poder de compra sobre os valores acumulados. Ainda assim, o FGTS tem uma função social importante, fornecendo uma rede de segurança para o trabalhador em momentos de vulnerabilidade financeira, além de ser uma fonte de financiamento para habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Já o PIS (Programa de Integração Social), criado em 1970, é outro exemplo de poupança compulsória, com o objetivo de integrar o trabalhador ao desenvolvimento da empresa. O PIS é pago por empresas do setor privado e gera um benefício aos empregados, que podem receber anualmente uma espécie de abono salarial ou participar da divisão de lucros, dependendo do

enquadramento. Além disso, há o PASEP, que funciona de forma semelhante para servidores públicos.

O PIS, além de sua função social, contribui para uma espécie de "poupança coletiva" ao direcionar recursos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que financia o seguro-desemprego e outros benefícios. Assim, parte dessa poupança compulsória também retorna aos trabalhadores em momentos de necessidade, promovendo um ciclo de proteção social. Diferentemente do FGTS, o PIS não é acumulado em uma conta individual de cada trabalhador, mas pode ser sacado anualmente por aqueles que se qualificam, dependendo de fatores como o tempo de serviço e a faixa salarial.

Tanto o FGTS quanto o PIS representam uma forma indireta de poupança, na medida em que os trabalhadores, em geral, não têm controle direto sobre os depósitos e a gestão desses recursos. No entanto, essas poupanças compulsórias têm grande relevância no cenário econômico brasileiro, sendo essenciais para a proteção social de milhões de trabalhadores.

Em termos econômicos, essas formas de poupança compulsória também desempenham um papel importante na captação de recursos para o financiamento de projetos estratégicos. No caso do FGTS, grande parte dos recursos é utilizada para fomentar o crédito habitacional e obras de infraestrutura, o que impulsiona a economia e gera empregos. Apesar de suas limitações em termos de rentabilidade para o trabalhador, esses mecanismos contribuem para a formação de poupança em uma sociedade que, historicamente, apresenta baixas taxas de poupança voluntária.

Dessa forma, ao discutir a origem da poupança, é essencial considerar não apenas as formas voluntárias, como a caderneta de poupança e os investimentos pessoais, mas também as formas compulsórias, que fazem parte do sistema de proteção social brasileiro e atuam como uma reserva de capital para a população e para o desenvolvimento econômico.

Portanto, a compreensão da origem e evolução da poupança, tanto do ponto de vista histórico quanto teórico, é essencial para contextualizar sua importância no desenvolvimento econômico e na formação de uma base sólida de bem-estar financeiro. No Brasil, apesar dos desafios, a promoção da poupança continua a ser um objetivo central para políticas públicas, especialmente em um cenário de envelhecimento populacional e necessidade crescente de planejamento previdenciário. Fortalecer a educação financeira e criar incentivos adequados são

passos cruciais para aumentar a taxa de poupança e, conseqüentemente, garantir uma maior estabilidade econômica e social no país.

4.3- O que é educação financeira *versus* o que é o letramento financeiro

No contexto das finanças pessoais e do comportamento econômico, os termos "educação financeira" e "letramento financeiro" são frequentemente utilizados de forma intercambiável. Contudo, uma análise mais aprofundada revela nuances importantes que distinguem esses conceitos, especialmente quando se trata de entender como eles influenciam o comportamento dos indivíduos em relação ao uso de recursos financeiros. Ambos os conceitos são cruciais para a formação de uma população financeiramente consciente e capaz de tomar decisões econômicas informadas, mas suas abordagens e implicações diferem de maneira significativa.

A educação financeira pode ser definida como o processo de aquisição de conhecimentos e habilidades necessários para gerir de maneira eficaz as finanças pessoais ao longo da vida. De acordo com Huston (2010), educação financeira envolve "a capacidade de usar conhecimento e habilidades para gerenciar os recursos financeiros de forma eficaz para uma vida financeira sustentável". Isso inclui desde a compreensão de conceitos básicos, como orçamento e poupança, até a habilidade de realizar análises mais complexas, como a avaliação de produtos de investimento e a administração de dívidas.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define educação financeira como "*o processo pelo qual os consumidores/investidores melhoram sua compreensão sobre produtos financeiros, conceitos e riscos, e, através de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiros, para fazerem escolhas informadas, saberem onde procurar ajuda, e tomarem outras ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro*" (OCDE, 2005).

Portanto, a educação financeira vai além do simples ato de fornecer informações; ela envolve a construção de competências que permitam aos indivíduos aplicar esse conhecimento em situações práticas. Isso inclui a habilidade de planejar, avaliar e agir de maneira responsável frente a diversas situações financeiras, o que implica uma capacitação contínua para lidar com as complexidades do sistema financeiro.

Ao que diz o letramento financeiro, por outro lado, refere-se à capacidade de um indivíduo de compreender e aplicar conceitos financeiros em situações do dia a dia. Enquanto a educação financeira abrange um espectro mais amplo de competências e habilidades, o letramento financeiro foca mais especificamente na "alfabetização" dos conceitos básicos que permitem a tomada de decisões financeiras informadas. De acordo com Lusardi e Mitchell (2014), letramento financeiro é "o conhecimento e a compreensão de conceitos financeiros básicos, tais como juros compostos, diversificação de risco e inflação". O letramento financeiro, portanto, é uma subcategoria dentro do guarda-chuva maior da educação financeira. Ele se concentra na familiaridade e compreensão dos termos e conceitos fundamentais, como a diferença entre taxa de juros nominal e real, a importância da diversificação em investimentos, e a compreensão dos riscos associados ao uso do crédito. Esses conhecimentos básicos são cruciais para que os indivíduos possam navegar pelo sistema financeiro com maior segurança e confiança.

Embora inter-relacionados, os conceitos de educação financeira e letramento financeiro operam em níveis distintos de profundidade e aplicação. A educação financeira é mais abrangente e inclui não apenas o conhecimento básico, mas também a aplicação prática, o planejamento de longo prazo e o desenvolvimento de competências que permitem a gestão financeira estratégica ao longo da vida. Já o letramento financeiro, sendo mais específico, foca na compreensão de conceitos e termos financeiros essenciais, funcionando como um pré-requisito para que a educação financeira seja efetiva.

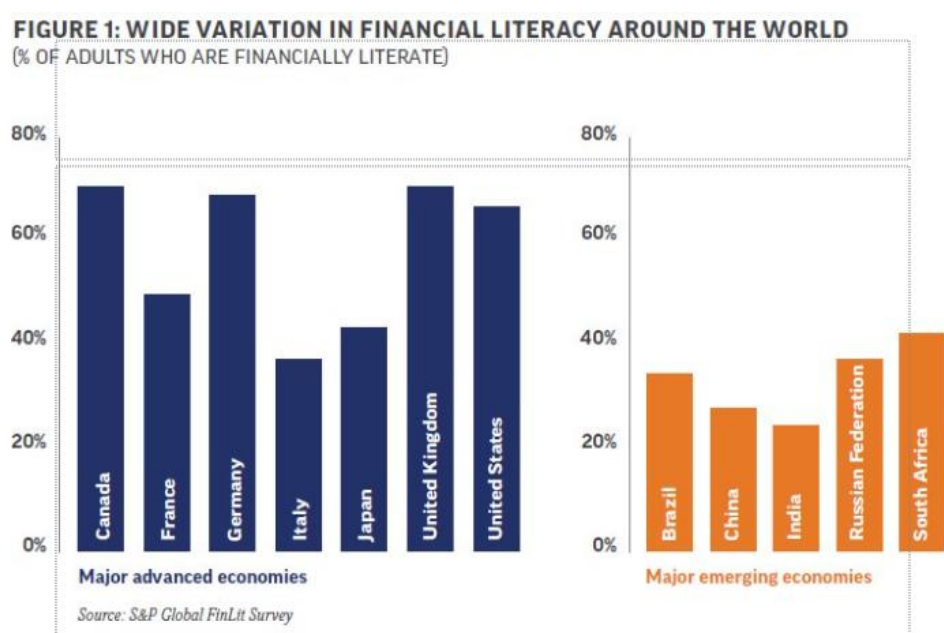
Mandell (2008) argumenta que o letramento financeiro é uma condição necessária, mas não suficiente, para uma educação financeira eficaz. Sem um entendimento básico dos conceitos financeiros, os indivíduos são menos propensos a tomar decisões informadas ou a compreender as implicações de suas escolhas financeiras. No entanto, o simples conhecimento dos termos não garante uma aplicação prática eficaz, o que sublinha a importância da educação financeira para transformar o conhecimento em ação.

A distinção entre esses dois conceitos tem implicações importantes para a formulação de políticas públicas e programas educacionais. Iniciativas de letramento financeiro podem ser vistas como o primeiro passo para a construção de uma população financeiramente consciente, enquanto a educação financeira abrange um conjunto mais amplo de objetivos, incluindo a

capacitação para o planejamento de longo prazo, a prevenção do endividamento e o incentivo à poupança e ao investimento.

No Brasil, tanto o letramento quanto a educação financeira são áreas de crescente importância, dada a necessidade de melhorar o comportamento financeiro da população em um cenário de endividamento elevado e baixa taxa de poupança. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo IBGE, em 2022, cerca de 77% das famílias brasileiras relataram dificuldades para chegar ao fim do mês sem dívidas. Essa realidade reforça a urgência de programas que não apenas informem, mas também capacitem a população a gerir suas finanças de maneira mais eficaz.

Iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) têm buscado integrar essas duas abordagens, promovendo tanto o letramento quanto a educação financeira em escolas, empresas e comunidades. A ENEF reconhece que, para melhorar o comportamento financeiro da população, é necessário um esforço contínuo que combine o fortalecimento do letramento financeiro com a aplicação prática do conhecimento adquirido, através de uma educação financeira abrangente e contextualizada.



O gráfico resume como tem sido o letramento financeiro entre os países.

Em resumo, enquanto o letramento financeiro se concentra na compreensão dos

conceitos básicos e é essencial para a alfabetização financeira inicial, a educação financeira vai além, englobando o desenvolvimento de habilidades e a aplicação prática desse conhecimento ao longo da vida. Ambas as abordagens são fundamentais para capacitar os indivíduos a tomarem decisões financeiras informadas e a alcançar um maior nível de segurança e bem-estar econômico. No contexto brasileiro, a combinação de letramento e educação financeira é crucial para enfrentar os desafios econômicos e promover um comportamento financeiro mais sustentável e responsável.

4.4 - Competências da educação financeira.

A educação financeira não se limita à transmissão de conhecimentos teóricos sobre finanças; ela envolve o desenvolvimento de competências que capacitam os indivíduos a aplicarem esse conhecimento de maneira prática e eficaz em suas vidas cotidianas. Essas competências são essenciais para que os indivíduos possam navegar pelas complexidades do sistema financeiro moderno, tomar decisões informadas e construir uma base sólida para o seu bem-estar econômico ao longo da vida. Este tópico explora as principais competências da educação financeira e discute como elas podem ser desenvolvidas de forma eficaz, com base em evidências e estudos recentes.

As competências em educação financeira podem ser agrupadas em várias categorias, que abrangem desde habilidades cognitivas até comportamentais. De acordo com a OCDE (2016), as competências fundamentais da educação financeira incluem:

- 1º Planejamento e Gestão Financeira: Esta competência envolve a habilidade de elaborar e seguir um orçamento, controlar despesas, planejar para objetivos financeiros de curto, médio e longo prazo, e ajustar o planejamento financeiro de acordo com mudanças nas circunstâncias pessoais ou econômicas. O planejamento financeiro eficaz requer a capacidade de definir metas financeiras, priorizá-las e implementar estratégias para alcançá-las.
- 2º Compreensão e Avaliação de Produtos Financeiros: Inclui a capacidade de comparar diferentes produtos financeiros, como contas bancárias, cartões de crédito, seguros e investimentos, com base em critérios como custo, risco, retorno e adequação às necessidades pessoais. Essa competência é crucial em um mercado financeiro cada vez mais

complexo, onde a diversidade de produtos exige que os consumidores sejam capazes de tomar decisões informadas.

- 3º Gestão de Riscos e Proteção Financeira: Envolve a habilidade de identificar, avaliar e gerenciar riscos financeiros, como o endividamento excessivo, a falta de seguro adequado ou a ausência de uma reserva de emergência. Isso também inclui a compreensão da importância de proteger-se contra riscos financeiros por meio de seguros e planejamento previdenciário, garantindo uma rede de segurança financeira.

- 4º Investimento e Acumulação de Patrimônio: Esta competência se refere à habilidade de identificar oportunidades de investimento, entender os diferentes tipos de ativos financeiros (como ações, títulos e fundos), e tomar decisões de investimento que estejam alinhadas com os objetivos financeiros pessoais e com a tolerância ao risco. A educação financeira capacita os indivíduos a maximizarem o retorno sobre o capital e a construir riqueza ao longo do tempo, utilizando estratégias de investimento informadas.

- 5º Comportamento Financeiro e Tomada de Decisões: Além das habilidades cognitivas, a educação financeira também aborda o comportamento financeiro, incluindo a capacidade de evitar decisões impulsivas, resistir a pressões sociais para consumir, e adotar hábitos financeiros saudáveis, como a poupança regular e o pagamento pontual de dívidas.

- Estudos mostram que as decisões financeiras são frequentemente influenciadas por fatores comportamentais, como heurísticas e vieses cognitivos (Kahneman & Tversky, 1979).

O desenvolvimento dessas competências requer uma abordagem educacional integrada e contínua, que vá além da simples transmissão de informações. Estudos indicam que programas de educação financeira são mais eficazes quando combinam instrução teórica com oportunidades para aplicação prática e reflexão (Fernandes, Lynch, & Netemeyer, 2014). A seguir, são discutidas algumas das melhores práticas para o desenvolvimento dessas competências.

- 1º Educação Formal e Currículo Escolar: Integrar a educação financeira no currículo escolar é uma das estratégias mais eficazes para desenvolver competências desde cedo. A OCDE (2017) destaca que a introdução de tópicos de educação financeira no ensino básico e médio pode ajudar a construir uma base sólida de conhecimento e habilidades que

os alunos levarão para a vida adulta. Exemplos incluem atividades práticas, como a simulação de orçamentos familiares, que permitem aos estudantes aplicarem conceitos de planejamento e gestão financeira em contextos do mundo real.

- 2º Aprendizado ao Longo da Vida: As competências em educação financeira devem ser desenvolvidas e aprimoradas ao longo da vida, à medida que os indivíduos enfrentam diferentes desafios financeiros em diferentes fases da vida. Programas de educação financeira para adultos, como workshops, cursos online e consultoria financeira personalizada, podem ajudar a reforçar e atualizar as competências adquiridas na juventude, adaptando-as às novas realidades econômicas e pessoais.

- 3º Apoio Comportamental e Intervenções Práticas: Estudos mostram que intervenções que visam modificar o comportamento financeiro, como "nudges" e lembretes automáticos, podem ser eficazes para melhorar a prática da educação financeira (Thaler & Sunstein, 2008). Por exemplo, ferramentas de planejamento automático, como aplicativos de orçamento que enviam alertas sobre gastos, podem ajudar os indivíduos a manter o controle de suas finanças e a tomar decisões mais conscientes.

- 4º Contextualização e Relevância Cultural: É importante que a educação financeira seja contextualizada para as realidades econômicas e culturais dos indivíduos.

No Brasil, por exemplo, programas de educação financeira devem considerar o alto nível de informalidade no mercado de trabalho e a diversidade de acesso a serviços financeiros, adaptando as abordagens pedagógicas para atender às necessidades específicas da população. Iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) têm buscado adaptar o conteúdo educacional ao contexto brasileiro, promovendo o desenvolvimento de competências de maneira acessível e relevante.

O desenvolvimento das competências em educação financeira enfrenta desafios significativos no Brasil. A baixa taxa de letramento financeiro, combinada com a alta desigualdade de renda e o acesso desigual a recursos educacionais, complica a disseminação eficaz dessas competências. Segundo o Relatório de Educação Financeira da Standard & Poor's (2015), apenas 28% dos brasileiros adultos são considerados financeiramente letrados, o que coloca o país em uma posição de desvantagem em comparação com outras economias emergentes.

No entanto, há oportunidades para avançar nesse campo. Programas de educação financeira têm se multiplicado no Brasil, tanto em iniciativas públicas quanto privadas, e há uma crescente conscientização sobre a importância de desenvolver competências financeiras em todas as faixas etárias. A colaboração entre governo, setor privado e organizações sem fins lucrativos é crucial para expandir o alcance e a eficácia desses programas, garantindo que todos os brasileiros tenham a oportunidade de adquirir as competências financeiras necessárias para prosperar economicamente.

As competências da educação financeira são fundamentais para que os indivíduos possam gerenciar suas finanças de maneira eficaz, evitar armadilhas financeiras e construir uma vida econômica estável e segura. O desenvolvimento dessas competências deve ser uma prioridade para políticas públicas e programas educacionais, especialmente em um contexto como o brasileiro, onde os desafios econômicos e sociais aumentam a necessidade de uma população financeiramente capacitada. Por meio de uma educação financeira contínua e adaptada ao contexto cultural e econômico, é possível promover uma maior inclusão financeira e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

Considerações Finais.....

Este estudo teve como objetivo analisar a educação financeira e o letramento financeiro como ferramentas fundamentais para a promoção da autonomia econômica, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A partir de uma abordagem teórica e analítica, buscou-se compreender como a ausência de conhecimentos financeiros básicos pode comprometer a capacidade de tomada de decisão dos indivíduos, perpetuando ciclos de desigualdade, exclusão econômica e dependência.

Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que decisões financeiras como poupar, investir ou consumir não são tomadas de forma neutra ou puramente racional. Ao contrário, essas escolhas são condicionadas por múltiplos fatores, entre eles, a renda disponível, o acesso à informação, o capital cultural e simbólico, a influência do meio social e a percepção de risco. A educação financeira, nesse sentido, assume um papel que ultrapassa o domínio técnico: ela se insere como um componente essencial da cidadania econômica, pois oferece subsídios para que o indivíduo compreenda o funcionamento do sistema econômico e possa agir de maneira mais estratégica frente às incertezas do cotidiano. A análise da persistência da poupança como principal forma de reserva financeira, mesmo diante de alternativas mais rentáveis, revelou um panorama marcado por desinformação, aversão ao risco e falta de estímulo à educação financeira desde os primeiros anos de formação. Além disso, discutiu-se a importância dos objetivos financeiros como elementos que estruturam o planejamento de longo prazo, bem como o papel dos juros compostos na construção de patrimônio ao longo do tempo.

No que diz respeito à vulnerabilidade social, a pesquisa reforçou que não se pode exigir escolhas financeiras ideais de indivíduos cujas condições materiais de existência são marcadas por instabilidade, insegurança e escassez. Muitas vezes, o consumo imediato de bens materiais representa não apenas uma forma de sobrevivência, mas também uma tentativa simbólica de inserção social, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que aliem educação financeira a iniciativas de redistribuição de renda, acesso a crédito justo e inclusão produtiva.

Outro ponto relevante tratado no estudo foi a distinção entre letramento financeiro e educação financeira. Enquanto o primeiro diz respeito à capacidade de aplicar o conhecimento em contextos práticos e cotidianos, o segundo refere-se à transmissão de

conteúdos conceituais. Essa diferenciação é crucial para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes, que respeitem as realidades diversas da população brasileira e promovam, de fato, transformações como os indivíduos se relacionam com o dinheiro

Dessa forma, conclui-se que a educação financeira deve ser pensada como uma política de Estado, transversal à educação formal e à proteção social, e não como uma responsabilidade individual isolada. É preciso compreender que o fortalecimento da autonomia econômica exige a articulação entre conhecimento, oportunidade e contexto. Não basta ensinar a poupar; é necessário garantir condições para que as famílias tenham o que poupar.

Assim, este trabalho reforça a importância de expandir e aprofundar a discussão sobre educação financeira como um direito e não como privilégio. Em um país de dimensões continentais e marcado por desigualdades históricas, promover o acesso ao conhecimento financeiro significa abrir caminhos para uma sociedade mais justa, participativa e economicamente consciente.

Bibliografia

Artigo REVEMAT;

Artigo-32315 Educação Financeira, Campos, Perin e Pita – português;

Banco Central do Brasil: Banco Central do Brasil. (2021). Relatório de Cidadania Financeira. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>;

Credit Suisse: Credit Suisse. (2021). Relatório sobre Desigualdade Global. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/>;

Em Teia - Concepções sobre Ed Fin em alunos do EM;

Fernandes, D., Lynch Jr., J. G., & Netemeyer, R. G. (2014): Fernandes, D., Lynch Jr., J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). "Financial Literacy, Financial Education, and Downstream Financial Behaviors." *Management Science* 60 (8): 1861-1883.;

Finanças pessoais para iniciantes.pdf;

https://bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf;

https://www.math.hkust.edu.hk/~maykwok/courses/ma362/07F/markowitz_JF.pdf;

Huston, S. J. (2010): Huston, S. J. (2010). "Measuring Financial Literacy." *Journal of Consumer Affairs* 44 (2): 296-316;

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): IBGE. (2022). Dados sobre mercado de trabalho informal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>;

Instituto Locomotiva. (2020). Pesquisa sobre o comportamento de consumo no Brasil. Disponível em: [<https://www.ilocomotiva.org/>];

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada): IPEA. (2021). Educação e Desigualdade no Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>;

John Maynard Keynes: Keynes, J. M. (1936). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Palgrave Macmillan;

Karl Marx: Marx, K. (1867). O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I

Kistemann Jr educação financeira;

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014): Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). "The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence." *Journal of Economic Literature* 52 (1): 5-44;

Mandell, L. (2008): Mandell, L. (2008). "The Financial Literacy of Young American Adults." *Journal of Personal Finance*;

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico): OCDE. (2016). *Competências em Educação Financeira*. Disponível em: <https://www.oecd.org/>;

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento): PNUD. (2021). *Relatório sobre Desenvolvimento Humano*. Disponível em: <https://www.undp.org/>;

Revmat-Ed Fin uma análise de definições e concepções de alunos do ensino superior;

Revisem Ed Financeira e Ed Estatística;

Richard Thaler & Cass Sunstein (2008): Thaler, R. H., & Sunstein, C. R. (2008). *Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth, and Happiness*. Yale University Press;

Thaler, R. H., & Sunstein, C. R. (2008): Thaler, R. H., & Sunstein, C. R. (2008). **Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth, and Happiness**. Yale University Press;

Um estudo sobre a remuneração da poupança no Brasil no contexto da educação financeira crítica.

